

Cultura Digital e o Ensino Médio: Competências Infocomunicacionais mobilizadas por estudantes do Colégio Estadual Norma Ribeiro¹

Daniela de Assis Silva²

RESUMO

Com base nas discussões sobre Alfabetização Informacional, Metaliteracy e New Media Literacy, este artigo se propõe a identificar e analisar competências infocomunicacionais mobilizadas por estudantes de Ensino Médio em ações de participação política. Os jovens pesquisados são estudantes do Colégio Estadual Norma Ribeiro, situado no bairro popular do Arenoso, em Salvador-Bahia. Na unidade escolar, não há acesso à internet, mas quase todos os estudantes têm celular e se comunicam online. Se a escola pública não garante as condições para o ensino-aprendizagem da cultura digital, qual o nível de desenvolvimento das competências infocomunicacionais dos estudantes do Norma Ribeiro, entendendo-as como habilidades, conhecimentos e atitudes necessárias para o uso cidadão da internet? Como metodologia, foram realizadas: revisão bibliográfica sobre os temas relacionados aos objetivos do projeto; aplicação de questionário online (método *survey*) com estudantes e análise dos dados do questionário a partir das reflexões provocadas pelo referencial teórico. Entre os resultados da pesquisa, evidenciou-se apropriação de competências operacionais, informacionais e comunicacionais, porém com lacunas importantes no aprendizado que podem ser supridas com o apoio da escola.

Palavras-Chaves: Cultura Digital. Alfabetização Informacional. Metaliteracy. New Media Literacy. Ensino Médio. Competências Infocomunicacionais.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa realizada durante a disciplina Educação, Redes Sociais e Cultura Digital, cursada como aluna especial do Doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia em 2017.2.

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, aprovada em dezembro de 2017.

1. INTRODUÇÃO

Em um regime democrático como o brasileiro, a participação política pode ser exercida de diversas formas, sendo o voto nas eleições uma das mais conhecidas e exercidas. Ao longo da história democrática, novas práticas de participação política têm surgido, assim como os elementos teóricos e conceituais relacionados a essa evolução. Com a internet, essas mudanças também convergem para o conceito de democracia digital e para o surgimento de demanda de novas competências para participação da vida política (BORGES, 2013).

Entre as competências demandadas, estão as chamadas infocomunicacionais propostas por Borges (2011), que se referem à capacidade de localizar, avaliar e aplicar a informação – competências em informação –, à necessidade de estabelecer relações, negociar, argumentar – competências em comunicação – através das ferramentas digitais, ou seja, exigem capacidade de manipular computadores e artefatos eletrônicos (competências operacionais). As competências infocomunicacionais, portanto, são traduzidas pela conjugação dessas três: operacionais, informacionais e comunicacionais.

Interessa, neste artigo, identificar e analisar as competências infocomunicacionais mobilizadas por estudantes de Ensino Médio do Colégio Estadual Norma Ribeiro em ações de participação política em ambientes digitais. Entende-se que o engajamento desses estudantes em ações de participação política pressupõe, entre outros requisitos, competências específicas que, neste artigo, estarão em discussão e análise as infocomunicacionais.

A escolha do Colégio Estadual Norma Ribeiro, localizado no bairro popular do Arenoso, em Salvador-Bahia, se deu por duas razões: a unidade escolar está entre as 178 instituições educacionais inovadoras do País segundo o Ministério da Educação e a autora deste artigo atua neste Colégio como parceira técnica de um projeto de inovação educacional. Chama a atenção o fato de a unidade escolar ainda não dispor de conectividade e equipamentos para uso alunos e, mesmo assim, há uma participação intensa dos meninos e meninas em ambientes digitais.

Com a crescente universalização do acesso à internet somada ao fato de os jovens³ já serem uma geração nascida em uma cultura digital, a escolha por esse segmento populacional é motivada pelo interesse e trajetória profissional da autora deste artigo, cuja atuação é permeada pelo uso da Comunicação e da Educação na defesa e garantia dos direitos de crianças, adolescentes e jovens, entendendo esses sujeitos como cidadãos de direitos e, portanto, com direito à voz nos processos democráticos.

Esse reconhecimento do público jovem enquanto sujeito de direito tem sido consolidado, pouco a pouco, no Brasil, a partir da pressão de movimentos sociais liderados pelas juventudes⁴. É recente, por exemplo, a instituição do Estatuto da Juventude (2013) e, um pouco anterior, a criação da Secretaria Nacional da Juventude e dos Conselhos da Juventude (2005).

No contexto das instituições educacionais, também existem os conselhos escolares e grêmios como espaços de exercício da participação política. Entre a criação dessas instâncias e a efetivação da participação esperada, no entanto, há inúmeros desafios: desde o funcionamento

³ Pelo Estatuto da Juventude, é considerado jovem quem está na faixa etária de 15 a 29 anos. Neste artigo, como o foco são os estudantes do Ensino Médio, adota-se o recorte etário de 15 a 19 anos, idade prevista para esta etapa da educação escolar.

⁴ O termo no plural “Juventudes” é adotado neste projeto como forma de respeitar os múltiplos modos de ser jovem entre os 15 e os 29 anos (Ministério da Educação e UNESCO, 2007).

pleno desses espaços até o domínio de conhecimentos, habilidades e atitudes que permitam o exercício do protagonismo político.

Em termos populacionais, o Brasil vive um momento histórico peculiar, com um número sem precedentes de jovens no País: são 51,3 milhões⁵ com idade entre 15 e 29 anos. Para os jovens de 15 a 19 anos⁶, recorte deste artigo, o acesso à informação e comunicação costuma ser intenso, ainda que o uso que se faça das tecnologias digitais exija estudos contínuos, sobretudo, em função do dinamismo da cultura digital.

Considerando que as instituições educacionais são um dos principais ambientes com potencial para estimular o aprender a aprender com criticidade (PACHECO, 2014), optou-se por escolher o contexto do Ensino Médio para estudar as competências infocomunicacionais e a relação estabelecida com as ações de participação política dos jovens.

A escolha desta etapa da Educação Básica partiu de três motivações: o contexto atual de discussões e desafios evidenciados na etapa do Ensino Médio, onde se concentram indicadores preocupantes de evasão escolar, apresentados no referencial teórico; a crescente visibilidade das escolas criativas e inovadoras no país, como as reconhecidas pelo MEC⁷; as tensões entre o movimento estudantil e as políticas públicas, a exemplo da ocupação⁸ das escolas que mobilizou alunos de mais de 1.100 unidades de ensino no país contra a reforma do Ensino Médio e outras políticas de governo.

Embora não seja motivo de estudo desse artigo a ocupação das escolas pelos estudantes, considera-se que esse episódio sinaliza o nível de desafio que ainda existe no Brasil para que os jovens sejam escutados e participem, efetivamente, da construção de políticas públicas, sobretudo, as que têm relação direta com as juventudes.

⁵ Dados do Censo 2010 do IBGE.

⁶ O Plano Nacional de Educação - PNE, lei que estabelece metas e estratégias desde o ensino infantil à pós-graduação, indica que, até 2024, pelo menos 85% dos estudantes de 15 a 17 anos deverão estar na idade correta. Para o Ensino Médio, considera-se idade adequada até 19 anos. Acesso em 01/04/2018: <http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/3-ensino-medio>

⁷ Para caracterizar as organizações como inovadoras e criativas, o MEC considerou cinco critérios: gestão, currículo, ambiente, método e articulação com outros agentes. Para este artigo, chama a atenção os destaques para corresponsabilização na gestão, foco do currículo no desenvolvimento integral e, no método, o reconhecimento do estudante como protagonista da sua aprendizagem e realização de projetos com impacto na comunidade. <http://criatividade.mec.gov.br/o-que-e-inovacao-e-criatividade>. Acesso em 13/04/2018.

⁸ O movimento começou no final de 2015 com estudantes de São Paulo que discordaram da “Reorganização Escolar” promovida pelo governo estadual. A mobilização ganhou dimensão nacional, impulsionada pela insatisfação dos alunos em relação a políticas com impacto na educação em diversos Estados e, sobretudo, relacionadas ao Ensino Médio (MORAES; XIMENES, 2016).

2. JUSTIFICATIVA

As juventudes brasileiras têm conquistado cada vez mais espaços institucionalizados de participação (a exemplo dos conselhos), nos diversos níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal, embora nem todos os municípios tenham criado conselho ou este esteja funcionando) e nas escolas públicas (conselhos e grêmios, com as mesmas ressalvas dos conselhos).

No entanto, nas pesquisas brasileiras mais recentes com adolescentes e jovens⁹, eles reivindicam voz e espaços efetivos de participação, como será exemplificado no referencial teórico. O interesse da autora por este artigo está relacionado a sua trajetória profissional permeada de experiências nas áreas de Comunicação, Educação e Direitos Humanos. A carreira foi iniciada como jornalista em veículos de comunicação na Bahia, onde atuou por pouco mais de 10 anos.

Durante o Mestrado em Gestão Social para o Desenvolvimento Territorial (Ciags/UFBA), decidiu migrar para a área social, atuando em organizações da sociedade civil e organismo internacional de defesa dos direitos de crianças e adolescentes (Fundo das Nações Unidas para Infância -UNICEF). Nos últimos 10 anos, tem vivenciado experiências de apoio a políticas públicas para meninos e meninas, utilizando estratégias de comunicação para *advocacy*, mobilização, formação e fortalecimento da participação política de populações vulneráveis.

Nos últimos quatro anos, vem trabalhando com inovações educacionais em redes públicas de educação, incluindo, o Colégio Estadual Norma Ribeiro, integrante da lista de instituições educativas inovadoras do MEC e percebeu a conexão das ações e reflexões com as competências infocomunicacionais. Em termos acadêmicos, a oportunidade de cursar as disciplinas: a. Estudos Avançados em Comunicação e Política¹⁰, como aluna especial em 2017.1; b. Educação, Redes Sociais e Cultura Digital¹¹, como aluna especial em 2017.2; trouxe inquietações teóricas que faltavam para sustentar a elaboração deste artigo.

⁹A exemplo das pesquisas realizadas pelo Movimento Todos pela Educação (2017), e pelo Porvir (2016), mencionadas no referencial teórico.

¹⁰ Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da UFBA.

¹¹ Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFBA.

3. METODOLOGIA

Neste artigo, optou-se por um estudo de natureza qualitativa, uma vez que visa identificar e analisar as competências infocomunicacionais mobilizadas por estudantes de Ensino Médio nas ações de participação política em ambientes digitais.

A pesquisa proposta prevê as seguintes etapas e métodos: Etapa I: Marco Teórico, que compreende o levantamento e revisão bibliográfica. Etapa entendida como transversal a toda realização do artigo.

Etapa II: Questionário online. Como ponto de partida para o levantamento e análise de informações relacionadas às competências infocomunicacionais e participação política dos estudantes do Colégio Estadual Norma Ribeiro, será aplicado questionário online (método *survey*) com 06 estudantes do Ensino Médio (03 meninos e 03 meninas).

A análise das competências infocomunicacionais se dará a partir de indicadores apresentados por Borges (2014). Esta autora admite que os indicadores trabalhados não são pensados para uma idade específica e que devem ser adaptados a cada situação avaliativa concreta, em função da idade e do nível cultural das pessoas com as quais trabalharão. Sendo assim, cabe à autora deste artigo, como parte do processo metodológico, analisar os indicadores disponibilizados por Borges, adapta-los às necessidades deste estudo e aplica-los por meio de questionário.

Etapa III: Esta última etapa corresponde à análise dos dados encontrados, bem como produção deste artigo como parte da disciplina como aluna especial do Doutorado em 2017.2: Educação, Redes Sociais e Cultura Digital, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O tema da participação política tem estado presente nas reflexões e pesquisas relacionadas à democracia no Brasil e, nas últimas duas décadas, estudos acadêmicos avançam no sentido de entender os impactos das inovações introduzidas pela internet sobre fenômenos como a representação, mobilização e participação política. (MAIA; GOMES; MARQUES, 2011).

Maia (2011) salienta que muitos teóricos dos modelos de democracia participativa ou deliberacionista apontam a descentralização e a participação local como formas de fortalecer os indivíduos e a democracia, mas que também podem destruir o autogoverno. Dependerá, pois, das relações estabelecidas entre os sujeitos e do ambiente, podendo, no entanto, as deliberações locais sofrerem influência externa e reproduzirem lógicas excludentes de poder.

Argumenta ainda que a democracia participativa ou deliberativa depende da combinação dos dois níveis de participação: individual e coletiva, sem negar as tensões entre os dois. Ao trazer a comunicação digital para o debate, Maia defende que a internet, por si só, não assegura a participação política tão pouco sustenta a democracia. Dependerá, sim, da motivação dos sujeitos, do uso que faz da internet e do contexto.

Gomes (2011, p.27) argumenta que a participação é um dos componentes para a avaliação da qualidade democrática do universo digital, entendendo como requisitos da democracia, nos Estados democráticos modernos,

a garantia e/ou o aumento das liberdades de expressão, de opinião e de participação, a garantia e/ou o aumento dos meios e oportunidades de *accountability* ou de transparência pública dos governos via internet, a garantia e/ou aumento das experiências de democracia direta, numa base online, mais instrumentos e oportunidades de participação do cidadão nas esferas de decisão sobre políticas públicas e administrativas dos governos, incremento do pluralismo, da representação das minorias e da consolidação dos direitos de indivíduos e dos grupos socialmente vulneráveis.

Os jovens estão entre os sujeitos sociais capazes de exercer essa prerrogativa da democracia e cuja participação é reconhecida como um direito. Interessa discutir neste artigo elementos teóricos e conceituais que ajudem na compreensão da participação política dos jovens no Brasil e o papel das competências infocomunicacionais para o exercício da autonomia do cidadão¹² jovem.

O termo competência tem ganhado vários significados ao longo do tempo (MIRANDA, 2004). Muito associado ao mundo das empresas, gradativamente, foi sendo incorporado ao mundo acadêmico até ser integrado às reformas educativas (FERRÉS; PISCITELLI, 2012). Apesar de reconhecerem que existe resistência de pesquisadores ao conceito, os autores Ferrés e Piscitelli explicam que não fazem uma interpretação instrumental do conceito e, sim, compreendem que a competência midiática pode contribuir para o desenvolvimento da autonomia pessoal dos cidadãos.

Atualmente, um conceito muito utilizado é o que define competência como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes correlacionados que afetam parte considerável da atividade de alguém; se relaciona com o desempenho,

¹² O cidadão é o ente que integra a comunidade política de forma plena e por direito (GOMES, 2011, p.33).

pode ser medido segundo padrões preestabelecidos e pode ser melhorado por meio de formação e desenvolvimento (BORGES, 2013, p. 95).

Assim, não basta possuir conhecimento, é preciso saber como colocá-lo em prática, com a capacidade de adaptá-la à diversidade de situações. As competências são organizadas por Borges (2011) em três grupos: operacionais, informacionais e comunicacionais. O primeiro está associado ao lidar com computadores e outros dispositivos tecnológicos. O segundo está relacionado à capacidade de localizar, avaliar e aplicar a informação, enquanto o terceiro refere-se à necessidade de estabelecer relações, negociar, articular, argumentar.

Com a emergência das chamadas tecnologias de informação e comunicação (TIC), no final do século passado, muitos programas de estudo se voltaram à alfabetização digital, termo usado, principalmente, em estudos espanhóis, e que tem por objetivo a promoção de competências em informação. No Brasil, a expressão mais comum é “competência em informação”, podendo ser encontrados também trabalhos sobre a mesma temática usando a expressão “letramento informacional”, entre outras terminologias. A Unesco, por sua vez, tem adotado a expressão *media and information literacy* (MIL).

Jambeiro (2012) aponta uma evolução conceitual até mesmo nos programas de inclusão digital, a partir de 1990, para avançar além da competência operacional, para as competências informacional e comunicacional. “O foco da inclusão, portanto, deixou de ser o domínio e uso das tecnologias para se tornar a conquista do poder autônomo de acessar informações de toda natureza e de se comunicar universalmente, por meio de tecnologias avançadas de informação e comunicação” (JAMBEIRO, 2012, p.17).

O conceito de competência infocomunicacional se aproxima do conceito de *Metaliteracy*, criado por Jacobson e Mackey (2011, p.62), que destaca a importância do pensamento crítico e da colaboração, a partir da produção interativa, com ênfase na produção e compartilhamento de informações em ambientes digitais participativos.

Os autores também destacam o papel de protagonista que o usuário possui no processo de aprendizagem a partir da reflexão sobre suas próprias ações e conhecimentos nos espaços colaborativos que a internet propicia. Como propõe Borges (2011), é preciso também uma autoavaliação crítica sobre as próprias limitações e demais competências necessárias. Já Jenkins (2009, p. 29), estudioso da chamada *new media literacy*, defende que a competência midiática deve contribuir também para o empoderamento da cultura participativa e para o desenvolvimento de capacidade crítica.

Juventudes e Protagonismo

Vale ressaltar que o “ser jovem” é suscetível a diversas concepções. Modelos socialmente construídos tendem a analisar os jovens de forma negativa, como a fase de instabilidade, momento de crise ou do “vir a ser”. Outra percepção os enxerga como a fase da criatividade, ousadia. Mas, como diz Dayrell (2003, p.41-42), “os jovens, enquanto sujeitos sociais, constroem um determinado modo de ser jovem, baseados em seu cotidiano [...] influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolvem e pela qualidade das trocas que este proporciona”.

Charlot (2000) lembra também que o jovem enquanto ser social é igual a todos como espécie, igual a alguns como parte de um determinado grupo social e diferente de todos como um ser singular. E a identidade social de um indivíduo é construída a partir das tensões que se estabelecem entre a autoidentificação e de como as culturas os identificam em um processo de permanente mutação nas relações sociais e nas transformações da cultura.

Neste artigo, entende-se cultura enquanto espaço caracterizado por diálogos, disputas e tensões; por relações de poder (hegemonias) e contrapartidas contra-hegemônicas (GOMES, JANOTTI JR. 2011, p.7). No sujeito pós-moderno, essas características de identidades em transição, inacabadas, contraditórias são típicas e bem diferentes da identidade fixa e estável do sujeito do iluminismo, como aponta Hall (2005), algo acentuado pela globalização.

A globalização tem, sim, o efeito de contestar e deslocar as identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional. Ela tem um efeito pluralizante sobre as identidades, produzindo uma variedade de possibilidades e novas posições de identificação, e tornando as identidades mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas; menos fixas, unificadas ou trans-históricas. Entretanto, seu efeito geral permanece contraditório (HALL, 2005, p.87).

O conceito de participação da juventude adotado neste artigo está alinhado com o apresentado por Gohn (2005, p.30) que pressupõe mudança e transformação social.

Entendemos a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova.

No final da década de 1980, adota-se o termo protagonismo juvenil, sobretudo no cenário político, com a concepção de empoderamento e participação democrática da juventude, associado à noção de sujeitos de direitos¹⁵. Essa expressão remete à participação no processo de transformação política e social, à atuação na comunidade, ao exercício da autonomia, à responsabilidade e ao exercício pleno da cidadania (STAMATO, 2009).

A concepção de sujeitos de direito está respaldada desde a Constituição Federal. Em seu artigo 227, garante à criança, adolescentes e ao jovem o princípio da Prioridade Absoluta. Na citação de Costa, o termo adolescente é empregado no contexto do protagonismo juvenil, algo muito comum nas referências por conta das interseções etárias nas definições dos recortes dos segmentos. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, este último recorte (adolescente) corresponde à faixa de 12 a 17 anos. Já o Estatuto da Juventude delimita como faixa etária para os jovens de 15 a 29 anos.

O Estatuto da Juventude, Lei 12.852/2013, determina quais são os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro. Ao todo, são 11 os direitos previstos, entre eles o Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão; e o Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil.

Esse protagonismo juvenil, expressão incorporada à Educação por Antonio Carlos Gomes da Costa

[...] parte do pressuposto de que o que os adolescentes¹⁶ pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no

curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. Nesse sentido, participar para o adolescente é envolver-se em processos de discussão, decisão, desenho e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora. Assim, o protagonismo juvenil, tanto como um direito, é um dever dos adolescentes. (COSTA,1996, p.65).

O respaldo legal para atuação política dos jovens foi fortalecido, em 2013, com a promulgação do Estatuto da Juventude¹⁷, uma conquista das lutas sociais das juventudes que, no Brasil, se traduz também pela criação de políticas públicas e instâncias de participação política para os jovens.

Voz dos Jovens

Apesar de todos esses avanços, continua sendo um desafio a efetivação dos direitos à participação e incidência dos jovens nas políticas públicas, gerando insatisfações dessa população com o próprio funcionamento da democracia brasileira. “Segundo o Inquérito Ibero-Americano de Juventudes, os jovens brasileiros são os mais insatisfeitos em relação ao funcionamento da democracia e esta é uma das possíveis explicações para o surgimento de novas formas de mobilização juvenil” (PAIS, 2016)¹³.

As insatisfações expressas pelos jovens brasileiros não significam omissão diante dos cenários postos. Pesquisa do Movimento Todos Pela Educação “Repensar o Ensino Médio” (2017) aponta que 43% dos 1.551 jovens ouvidos, com idade entre 15 e 19 anos, participaram de algum movimento social, como manifestação pública, abaixo-assinado, greve, debates, atividades em grupos religiosos ou voluntariado no último ano.

Mais que os 43%, esse número é um sinal que o estudante reivindica participação no movimento estudantil dentro da escola, que precisa se reorganizar para abrir esses espaços de diálogo. A escola tem que ser começo de tudo, entender as demandas e se colocar à disposição para que o aluno continue a ter essa vontade de participar por toda sua vida. (Carolina Fernandes, coordenadora de relações institucionais do Movimento)¹⁴.

O fortalecimento das instâncias democráticas da escola como impulsionadoras da criação de outros mecanismos de participação está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). O Plano determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional para o período de 2014-2024.

¹³ O especialista português José Machado Pais analisa as juventudes desde a década de 80 e esteve no Brasil em evento acadêmico em 2016 na Universidade Federal de Goiás. Ver entrevista em: <https://jornalufgonline.ufg.br/n/87356-entrevista-jovens-conectados-buscam-maior-participacao-politica?locale=pt-BR>. Acesso em 21/07/2017.

¹⁴ Entrevista ao Portal de Educação Porvir em 14/06/2017. Ver em: <http://porvir.org/43-dos-estudantes-de-ensino-medio-participam-de-movimentos-sociais/>. Acesso em 15/01/2018.

A pesquisa “Nossa Escola em (Re)Construção” (2016), do Porvir em parceria com a Rede Conhecimento Social, no entanto, evidencia que os jovens anseiam por uma escola que respeite individualidades, que ajude a desenvolver habilidades de relacionamento e a conhecer mais sobre política, cidadania e direitos humanos. A pesquisa ouviu 132 mil alunos e ex-alunos, de 13 a 21 anos, de todas as regiões do País.

Um exemplo recente de protesto, resistência e manifestação política dos estudantes da educação básica foi o movimento de ocupação de escolas públicas em 2016, que mobilizou mais de 1.100 unidades escolares no país. O movimento começou com estudantes de São Paulo se posicionando contra a “Reorganização Escolar” proposta pelo governo estadual de Geraldo Alckmin no final de 2015.

“O processo de mobilização iniciou-se com manifestações de descontentamento e indignação dos estudantes nas redes sociais e se alastrou rapidamente, com abaixo-assinados, protestos, passeatas e, finalmente, ocupações de escolas [...]” (MORAES; XIMENES, 2016). E essa onda de ocupações ganhou dimensão nacional a partir da reforma do Ensino Médio via Medida Provisória pelo Presidente da República, em meados de 2016, somadas a outras questões como o Projeto de Lei 193, conhecido como “Escola sem Partido”¹⁵.

Houve inclusive questionamentos em relação à legalidade do movimento e o Ministério Público do Paraná afirmou serem legítimas as ocupações, respaldadas pelo artigo 205 da Constituição Federal, no qual diz que a educação deve preparar o aluno para o exercício da cidadania.

Essas insatisfações das juventudes também ajudam a entender possíveis causas do número alarmante de jovens fora da escola no Brasil. De acordo com o Censo Escolar 2017, divulgado pelo Inep/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, vinculado ao Ministério da Educação), o número de matrículas no Ensino Médio reduziu em 380 mil estudantes e cerca de 1,5 milhão de jovens continuam fora da escola.

Participação e Internet

Os movimentos sociais com envolvimento dos jovens mostram que o desejo de participação política deste público vai muito além do voto democrático. E, como uma geração que já nasce imersa na cultura digital, as suas formas de participação cívica ocorrem permeadas pelo uso de recursos das tecnologias digitais. Ainda que o acesso à internet não seja um serviço público garantido de forma universal no Brasil, pesquisas indicam que a grande maioria dos jovens está conectada.

De acordo com a pesquisa do CETIC.br (2016), 79% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos são usuários da internet no Brasil, o que representa 23,4 milhões de indivíduos. E 85% deste acesso se dá de maneira autônoma, sem mediação, por meio do celular (TIC Kids Online 2015).

¹⁵ Publicação acadêmica recém-lançada discute o movimento: Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

Porém, apesar desse interesse dos jovens pela internet, “apenas 4 milhões, dos mais de 38 milhões estudantes que frequentam escolas públicas (no Brasil), estão envolvidos com alguma atividade relacionada à comunicação e tecnologias” (TINE, 2016)¹⁶.

E estar conectado, no entanto, não significa necessariamente maior participação política. Como ressalta Gomes (2005, p.76), a internet por si só não garante participação cívica. E reforça seu argumento citando Peter Dahlgren (2001, p. 53),

A questão hoje não é tanto como a internet vai mudar a vida política, mas, sobretudo, o que pode motivar mais pessoas a ver-se como cidadãos de uma democracia, a envolver-se na política e –para aqueles que têm acesso –a empregar as possibilidades que a rede ainda oferece. Algumas respostas deverão ser encontradas na rede mesma, mas a maioria reside nas nossas circunstâncias sociais.

Assim, é necessário, aponta Gomes (2005), avançar da retórica do diagnóstico (positivo ou negativo) para uma perspectiva de responsabilidade e tarefa. E a Educação Escolar tem um papel importante nesse processo. Afinal, como afirma Jambeiro (2012, p. 21), “além de adquirir o domínio dos símbolos tradicionais, que envolvem a capacidade de ler e escrever, o ser humano deve tornar-se capaz de se beneficiar das tecnologias avançadas de informação e comunicação para adotar uma postura participativa e crítica, a partir de seus interesses enquanto cidadão e membro de variados grupos da sociedade”. A etapa do Ensino Médio, portanto, pode ser uma oportunidade para desenvolver e/ou fortalecer as competências infocomunicacionais, considerando que os jovens estão em transição para a fase de autonomia plena.

¹⁶ Informação compartilhada durante seminário promovido pelo Conselho de Comunicação do Congresso Nacional Brasileiro, em 07/11/2016. Ver link: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/07/especialistas-defendem-inclusao-de-alfabetizacao-midiatica-nas-escolas>. Acesso em 27/08/2017.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A partir da opção por um estudo de natureza qualitativa e inspirada pelas reflexões teóricas do referencial já apresentado, foi aplicado questionário online (método *survey*) com foco nas competências infocomunicacionais e participação política dos estudantes do Colégio Estadual Norma Ribeiro. Seis estudantes do 1º e do 2º ano do Ensino Médio, de tempo integral (jornada de 7h às 15h), compuseram a mostra, sendo metade do sexo feminino e metade do masculino, com idade entre 16 e 19 anos.

Entre os resultados mapeados, aferiu-se que metade do público pesquisado acessa a internet através de celular, 33% via notebook e 16% via desktop, sendo que, entre esses três tipos de dispositivos, o mais utilizado é o celular (83%). Chama a atenção também o período de conexão por dia: 83% garantiram que permanecem conectados diariamente por mais 5h.

Os jovens revelam que a principal atividade que realiza na rede é assistir vídeos (50%), seguido de ouvir ou baixar música (33%). E se tivessem mais tempo de conexão diária, 66% navegariam mais em redes sociais, como Facebook, Twitter, Instagram. Para 100% dos entrevistados, a casa é o local de onde mais se conectam. No Colégio Estadual Norma Ribeiro, não há internet para uso dos estudantes. Mas se existisse, 66% dos estudantes pesquisados usariam a internet para realizar pesquisas.

Quando perguntados sobre a capacidade de uso da internet, 83% avaliam como boa e 16% como ruim, e todos gostariam de aprender a fazer um melhor uso. Entre as atividades de interesse para aprender estão criar sites e blogs, configurar sistemas de computador para ter mais autonomia de uso, além de produção e edição de vídeos. As ferramentas que já utilizam incluem redes sociais (YouTube e Facebook), tutoriais e vídeos, além de navegadores.

As perguntas elaboradas para o questionário tiveram o propósito também de levantar informações relacionadas às competências infocomunicacionais. Em relação às **competências operacionais**, 83% dos estudantes pesquisados dizem conhecer a diferença entre pastas, ícones e programas, mas apenas metade deles garante personalizar as ferramentas de acordo com as necessidades individuais.

“As competências operacionais dizem respeito à manipulação de computadores e artefatos eletrônicos (exemplo telefone celular), incluindo conhecimento básico de hardware, software, aplicações e redes” (BORGES et al., 2013). Metade dos participantes da mostra admite que precisa conhecer melhor a finalidade das ferramentas (programas, sistemas etc) disponíveis em um computador e seus componentes, e o mesmo percentual (50%) consegue configurar o computador ou o celular de acordo com as preferências e necessidades.

Quando questionados sobre as habilidades de navegação, 100% diz fazê-lo com facilidade, embora a maioria (66%) o faça através de apenas um único navegador. Quando o faz, consegue abrir sites a partir de nova URL (83%), mas 66% não conseguem usar os botões do browser para retroceder, avançar, abrir novas abas, abrir novas páginas etc.

No momento de manipular (abrir, salvar e imprimir) arquivos, 66% conseguem realiza-lo em vários formatos (texto, imagem, áudio ou vídeo). Na hora de realizar buscas de informação na internet, todos os entrevistados se dizem completamente aptos, embora metade deles se mostre limitado ao sistema de busca do google. Em relação aos sistemas de busca avançados, apenas 33% afirmam utilizar.

Do total de pesquisados, 83% acessam mecanismos online de comunicação (chat, fóruns, redes sociais). No entanto, apenas metade dos pesquisados recebe, abre e envia arquivos anexados, e um percentual ainda menor (33%) sabe utilizar ferramentas para produção e compartilhamento de conteúdo/informações.

Os pesquisados garantem que usam como ferramentas para produção e compartilhamento de conteúdo/informações apenas o WhatsApp, Facebook e Instagram. E costumam compartilhar imagens, vídeos e textos. Entre os pesquisados, 83% acessam fontes de informação diferentes de acordo com suas necessidades (banco de dados, sites, sistemas de busca etc) e o mesmo percentual preocupa-se em escolher termos de busca apropriados para realizar uma pesquisa. Quando não encontra a informação que procura, refaz planejamento de busca.

Sobre as **competências informacionais**, que estão relacionadas ao conteúdo, ou seja à produção de sentido a partir de dados (BORGES, 2013), foram elaboradas perguntas, por exemplo, sobre possível impacto na vida diária a partir do uso de informações na internet. Como resposta, todos disseram acreditar que há questões do cotidiano que podem ser resolvidas com acesso à informação.

Segundo os pesquisados, todos reconhecem quando uma informação é necessária para sua aprendizagem e 66% deles conseguem localizar as informações que necessita. Quando não encontram a informação que procura, 83% refaz planejamento de busca. No entanto, 66% admitem que não analisam criticamente as informações obtidas na internet antes de selecioná-las. Os que dizem avaliar a qualidade das informações os fazem comparando informações de diferentes sites ou observando os comentários de usuários.

Para avaliar se uma informação é confiável, correta ou verdadeira, 66% dos pesquisados afirmam comparar informações de diferentes fontes, apenas 16% verificam quem é o responsável pela informação e o mesmo percentual diz observar se a informação é uma opinião ou fato. Nenhum dos pesquisados compara as informações encontradas com o próprio conhecimento prévio.

Sobre a forma de utilização dos conteúdos pesquisados, 50% garantem fazer resumo, 33% copiam exatamente igual e 16% anotam as referências das informações que seleciona. Em relação à produção e divulgação de produtos informacionais próprios em ambientes digitais, 50% asseguram que cria e disponibiliza vídeos, textos e imagens, sendo que 83% reaproveitam conteúdos de outras fontes em suas publicações e somente 50% citam as fontes das informações que usou.

Entre os jovens participantes da pesquisa, 83% mostram atenção com questões relacionadas à privacidade e segurança antes de publicar informações pessoais e todos eles se dizem conscientes de que usar ideias de outros como suas pode gerar processo por plágio. Do total, 66% percebem quando uma mensagem é spam ou vírus e outros 33% se sentem vulneráveis a esse tipo de ameaça.

Quando analisadas as **competências comunicacionais**, que estão vinculadas ao ato comunicativo e à produção de relações a partir da informação, todos os pesquisados disseram compreender e responder as mensagens que recebem. Já um percentual menor, 83%, avalia a mensagem que recebe antes de compartilhar, embora a totalidade dos pesquisados diz está ciente que é responsável e pode responder, inclusive legalmente, sobre aquilo que publica ou compartilha.

Um percentual um pouco menor (83%) diz conseguir expressar as próprias ideias e também adaptar a linguagem das mensagens que envia a depender do receptor. Percentual semelhante avalia o interesse do receptor antes de repassar uma mensagem. A totalidade dos pesquisados se sente bem ao receber resposta do receptor.

Outra constatação é que as redes sociais são ambientes de interesse dos jovens pesquisados. 83% participam desses espaços de acordo com seus interesses, sendo que 66% o fazem para conhecer pessoas e interagir, mas nenhum deles possui relacionamento afetivo pela rede. Do total de pesquisados, 66% compartilham informações, vivências e experiências e metade costuma argumentar e defender suas opiniões na internet. E todos dizem reler a própria mensagem antes de enviar ou publicar. Quando precisam de ajuda, apenas 33% mobilizam as redes sociais para este fim. Porém, o percentual aumenta para 83% quando perguntados se contribuem com mobilização e campanhas para ajudar outras pessoas.

Entre os pesquisados, metade produz conteúdo em colaboração com outras pessoas pela internet e 83% afirmam que essas produções com outras pessoas contribuem com seu próprio desenvolvimento. Em relação à participação política, 33% já se engajaram em manifestação pública (passeata, protesto) presencial, 16% participaram de abaixo-assinado online, 16% estiveram envolvidos em greve, 50% participaram, presencialmente, de debates sobre temas de interesse público, 16% realizaram ações de voluntariado online, 16% acompanharam discussões de partido político, 16% já fizeram parte de conselho de direito, 33% de conselho escolar e 16% já assumiram a função de liderança de classe.

Nenhum pesquisado, no entanto, participou de manifestação pública (passeata, protesto) online; abaixo-assinado ou petições presencial; debates sobre temas de interesse público online; atividades em grupos religiosos online ou presencial; redes, coletivos de juventudes online e presencial; voluntariado presencial; estiveram envolvidos em discussões de partidos políticos online; realizaram doação financeira; atuaram em Organizações Não Governamentais (ONG); partido, movimento social ou político online e presencial; associação de bairro; contato com políticos eleitos online ou presencial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geração de 16 a 19 anos, que hoje está no Ensino Médio, já nasceu em meio à cultura digital. Esses jovens, no entanto, estudam, por vezes, em escolas que ainda não dispõem de conectividade para uso dos estudantes. É o caso do Colégio Estadual Norma Ribeiro, cujo acesso à internet é restrito aos gestores e funcionários da secretaria da unidade escolar.

Apesar de passarem a maior parte do tempo no Colégio de tempo integral, os estudantes pesquisados do Norma Ribeiro garantem navegar na internet por mais de 5h diariamente, via celular, tendo a própria casa como principal local de conexão e usam como ferramentas para produção e compartilhamento de conteúdo/informações o WhatsApp, Facebook e Instagram. A escola, portanto, não tem sido referência de acesso, tão pouco de aprendizados relacionados às competências infocomunicacionais, traduzidas pela conjugação das três competências: operacionais, informacionais e comunicacionais, cujas fronteiras são tênues e permeáveis.

Embora a garantia do direito ao acesso universal às tecnologias digitais ainda seja um desafio no Brasil e a ausência deste recurso em muitas escolas públicas do País seja uma realidade, quase 87% dos adolescentes e jovens brasileiros utilizam a internet todos ou quase todos os dias, segundo a pesquisa TIC KIDS Online 2015.

E os resultados da pesquisa deste artigo comprovam que os estudantes de Ensino Médio da mostra estão desenvolvendo competências infocomunicacionais e mobilizando-as para ações de participação política sem o apoio de educadores da unidade escolar.

A combinação de aspectos cognitivos, sociais e habilidades técnicas para uso das plataformas digitais tem se dado pela educação informal, autodidata ou entre pares. Os jovens evidenciam, por meio de suas respostas ao questionário, que já dominam uma série de competências infocomunicacionais, mas também mostram lacunas importantes.

A totalidade dos pesquisados garante, por exemplo, ter habilidades de navegação na internet, mas 66% não conseguem usar os botões do browser para retroceder, avançar, abrir novas abas, abrir novas páginas etc. Metade deles conhece apenas um único sistema de busca e menos ainda, 33%, sabe realizar busca avançada e o mesmo percentual utiliza ferramentas para produção e compartilhamento de conteúdo/informações.

Sobre as competências informacionais, todos reconhecem que o acesso às informações pode contribuir com a solução de questões do cotidiano e que é necessário para sua aprendizagem, mas apenas 66% dos pesquisados conseguem localizar as informações que necessita. Por outro lado, 66% admitem que não analisam criticamente as informações obtidas na internet antes de selecioná-las e apenas 16% verificam quem é o responsável pela informação e se a informação é uma opinião ou fato. Sobre a forma de utilização dos conteúdos pesquisados, 50% garantem fazer resumo, 33% copiam exatamente igual e 16% anotam as referências das informações que seleciona.

Quando observadas as competências comunicacionais, 83% dos pesquisados disseram avaliar a mensagem que recebe antes de compartilhar e que conseguem expressar as próprias ideias. Outra constatação é que as redes sociais são ambientes de interesse dos jovens pesquisados e, entre os pesquisados, 66% compartilham informações, vivências e experiências na rede e metade costuma argumentar e defender suas opiniões na internet.

Metade dos estudantes também mostra que atua em colaboração, produzindo conteúdo com outras pessoas pela internet e 83% afirmam que essas produções com outras pessoas contribuem com seu próprio desenvolvimento.

Embora muito já se comente sobre o repensar do papel dos educadores no século XXI, os resultados da pesquisa desenvolvida para este artigo demonstram que os educadores do Colégio Estadual Norma Ribeiro poderiam fazer a diferença no nível de apropriação das competências infocomunicacionais de seus estudantes desde que as tecnologias digitais fizessem parte das práticas pedagógicas da unidade escolar.

A evolução dos ambientes digitais e as formas contemporâneas de comunicação demandam habilidades, conhecimentos e atitudes que combinam diversas linguagens e recursos para produzir, enriquecer e ressignificar sentido. “Sob a égide das tecnologias de informação e comunicação, os sujeitos têm possibilidades de enviar mensagem, adquirir informações, se comunicar, bem como utilizar estas de forma oportuna no que compete ao seu processo educativo” (COUTO, PORTO, SANTOS, 2016, pg 13).

Em relação à participação política, a internet ainda é pouco usada pelos jovens para este fim. Entre os pesquisados, somente 16% participaram de abaixo-assinado online e 16% realizaram ações de voluntariado online. Expressivo mesmo foi o percentual de estudantes que contribuíram com mobilização e campanhas para ajudar outras pessoas (83%).

Porém, as ações presenciais de participação política foram mais significativas: 50% participaram, presencialmente, de debates sobre temas de interesse público; 33% já se engajaram em manifestação pública (passeata, protesto) presencial; 16% estiveram envolvidos em greve; 16% acompanharam discussões de partido político; 16% acompanharam discussões de partido político; 16% já fizeram parte de conselho de direito; 33% de conselho escolar e 16% já assumiram a função de liderança de classe.

Os resultados confirmam que os jovens desenvolvem ações de participação política, sejam online ou presenciais, mas sem uma orientação educacional para este fim. Entender qual o papel da educação pública na preparação do exercício da participação dos jovens parece ser uma questão que exige estudos mais aprofundados, além da contribuição que as tecnologias digitais podem oferecer para este propósito, a partir da incorporação das competências infocomunicacionais nas relações de ensino-aprendizagem das unidades escolares.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M.; ANDRADE, E. R. & ESTEVES, L. C. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2007.

BORGES, Jussara. **Participação Política, Internet e Competências Infocomunicacionais: evidências a partir de organizações da sociedade civil de Salvador**. Salvador: EDUFBA, 2013.

BORGES, J. BRANDÃO, G. **Evolução contexto-conceitual das competências Infocomunicacionais**. Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p. 75-86, Mar./ Ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação - PNE** e dá outras providências. Poder Executivo, Brasília, DF, 2014.

CENSO ESCOLAR 2017. INEP/MEC.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador, Fundação Odebrecht, 2000.

COUTO, E. PORTO, C. SANTOS, E. **App-learning: experiências de pesquisa e formação**. Salvador: EDUFBA, 2016.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, AMPed, p.40-52, 2003.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Método e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

FERRÉS, Joan; PISCITELLI, Alejandro. **LA COMPETENCIA MEDIÁTICA: Propuesta articulada de dimensiones e indicadores**. Medellín, Colombia: Revista Luciérnaga, Grupo de Investigación en Comunicación, Facultad de Comunicación Audiovisual, Politécnico Colombiano Jaime Isaza Cadavid. Año 4, Edición 7, p. 72-79, 2012.

GOHN, M. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, I.M. M.; JANOTTI JR.J.S. **Comunicação e estudos culturais**. Salvador: EDUFBA, 2011.

GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas**. Revista FAMECOS, Porto Alegre, nº 27, agosto 2005.

Hall S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10a ed. Rio de Janeiro: dp&a, 2005.

JAMBEIRO, Othon. **Inclusão, Participação Social e Competências**. Livro de memória [do] Seminário de Competências Infocomunicacionais e Participação Social. Salvador, 2012, p.17-23.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens**. In: BORELLI, Sílvia H. S; FREIREFILHO, João.

_____. **La educación desde la comunicación**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

MACKEY, Thomas P. and JACOBSON, Trudi E., **Reframing Information Literacy as a Metaliteracy**. *University Libraries Faculty Scholarship*, 2011.

MAIA, R.C.M.; GOMES, W.; MARQUES, F.P.J.A. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

Mapa da inovação e criatividade. Ministério da Educação, Brasília, 2016. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/educriativa/mapa_questionario.php

MORAES, C.S.V.; XIMENES, S.B. **Políticas educacionais e a resistência estudantil**. Educação & Sociedade. São Paulo, 2016.

PACHECO, José. **Aprender em Comunidade**. São Paulo: Editora SM, 2014.

Pesquisa “**Nossa Escola em (Re)Construção**”. Porvir em parceria com a Rede Conhecimento Social, São Paulo, 2016.

Pesquisa sobre o **Uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil** - TIC Kids Online Brasil 2015.CETIC.br, São Paulo, 2016.

Pesquisa “**Repensar o Ensino Médio**”. Todos Pela Educação, São Paulo, 2017.

Relatório **10 Desafios do Ensino Médio no Brasil**. UNICEF, Brasília, 2015.

WILSON, Carolyn; GRIZZLE, Alton; TUAZON, Ramon; AKYEMPONG, Kwame; CHEUNG, Chi Kim. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO/UFTM, 2013.